

## XVII ENCONTRO NACIONAL DE SIOT

*Emprego, Desenvolvimento e Coesão Social: Que perspetivas para a regulação económica e social?*  
23 e 24 de Novembro 2017 :: Escola Superior de Ciências Empresariais-Instituto Politécnico de Setúbal  
Tema 3) Dinâmicas do mercado de trabalho e políticas públicas de educação, formação e emprego

### **As Políticas Públicas de Educação de Adultos em Mutação: Uma reflexão a partir de uma Sociologia Política da Acção Pública**

*João Eduardo Martins*  
[jrmartins@ualg.pt](mailto:jrmartins@ualg.pt)  
*Faculdade de Economia*  
*Universidade do Algarve*

#### **Resumo**

Procura-se com este texto pensar as transformações das políticas públicas de educação de adultos na actualidade a partir de um modelo analítico inspirado na sociologia política da acção pública. Os modelos teóricos de análise das políticas públicas sofreram uma evolução nas suas propostas de compreensão da realidade à medida que as próprias políticas sofriam as suas transformações. De uma primeira leitura muito inspirada nas *Policy Sciences* e centrada na implementação de políticas a partir do topo do Estado caminhamos hoje para a descoberta de uma leitura sociológica inspirada no conceito de acção pública, o que abre espaço para pensar a complexidade do modo de produção das políticas a partir de uma abordagem predominantemente a partir de baixo, sem deixar de ter em conta a interpenetração dos diferentes níveis onde as políticas públicas produzem os seus efeitos. Defendemos a ideia de que as políticas de educação e formação de adultos na sociedade portuguesa são um terreno empírico de excelência para pensar os modos de produção da acção pública na contemporaneidade e em simultâneo para perceber as transformações no papel do Estado. É isso que procuramos demonstrar a partir da análise do caso português neste século XXI.

**Palavras chave:** Políticas Educativas, Sociologia Política, Acção Pública, Educação de Adultos

#### **Introdução**

Procura-se neste texto pensar as transformações das políticas públicas de educação de adultos na actualidade, na sociedade portuguesa, a partir de um modelo analítico inspirado na sociologia política da acção pública. Os modelos teóricos de análise das políticas públicas sofreram uma evolução nas suas propostas de compreensão da realidade à medida que as próprias políticas sofriam as suas transformações.

De uma primeira leitura muito inspirada nas *Policy Sciences* e centrada na implementação de políticas a partir do topo do Estado caminhamos hoje para a descoberta de uma leitura sociológica inspirada no conceito de acção pública, o que abre espaço para pensar a complexidade do modo de produção das políticas a partir de uma abordagem predominantemente a partir de baixo, sem deixar de ter em conta a interpenetração dos diferentes níveis onde as políticas públicas produzem os seus efeitos.

Faz-se num primeiro momento um esforço de clarificação conceptual que assinala o movimento teórico que se desloca da análise das políticas públicas sob a alçada das *Policy Sciences* em direção a uma Sociologia Política da Acção Pública.

Num segundo momento, mobilizam-se alguns resultados de investigação empírica no âmbito da investigação das Políticas Públicas de Educação Básica de Adultos em Portugal, com particular ênfase naquele que foi um dos programas de política pública de maior expressão no nosso país, a Iniciativa Novas Oportunidades (Martins, 2014), para a partir dos mesmos, pensar as transformações no modo de produção da acção pública na sociedade portuguesa e a transformação da própria actuação do Estado na produção das políticas educativas.

Ao contrário do tradicional modelo sequencialista das políticas públicas onde se procura numa lógica funcionalista dar conta dos efeitos de um determinado programa de política ou dos seus níveis de efectividade, eficácia e eficiência (Lascoumes e Le Galès, 2010: 27-29), centramo-nos aqui na compreensão dos modos de produção colectiva da acção pública a partir do modos como os técnicos e formadores de educação de adultos se apropriam, dão sentido e reinterpretam as políticas no momento em que as implementam nos terrenos da prática social e educativa.

### **Das *Policy Sciences* À Sociologia Política Da Acção Pública**

Uma primeira questão fundamental para os analistas das políticas públicas, sejam estas de que tipo forem, é o necessário esclarecimento dos conceitos com que trabalham. Assim, é desde logo fundamental fazer a seguinte pergunta.

De que falamos quando falamos de políticas públicas? Face à multiplicidade de definições existentes neste campo científico e que remetem para diferentes pontos de vista analíticos, podemos avançar com uma definição lata, de que podemos levantar a hipótese de que muitos dos estudiosos que se debruçam sobre este tipo específico de fenómeno social e político, estarão de acordo.

As políticas públicas são as *policies* da *polity*. Elas constituem os programas de acção seguidos pelas autoridades estatais. Seguindo a proposta de Thoening (1985) podemos dizer que “*uma política pública apresenta-se sobre a forma de um programa de acção próprio a uma ou várias autoridades públicas ou governamentais*”. Complementando esta definição podemos dizer assim

que as políticas públicas correspondem ao conjunto das acções do Estado, o Estado em acção (Jobert e Müller, 1987), que em articulação com outros actores não estatais co-produzem a acção pública (Lascoumes e Le Galès, 2010).

Podemos referir também que o olhar analítico sobre as políticas públicas modifica-se à medida que se transformam as próprias políticas públicas. Num contexto de forte pressão neoliberal (Jobert, 1994) sobre o Estado Providência, este sofre uma reconfiguração no sentido de um Estado Regulador e de um crescente enfoque das políticas constitutivas ou procedimentais.

Seguindo a proposta de Hassenteufel (2008) podemos identificar três grandes fases na análise científica das políticas públicas. Uma primeira fase em que as políticas públicas se desenvolvem sob o domínio hegemónico das *Policy Sciences* e podem ser caracterizadas por uma preocupação com a racionalização política e científica da acção pública. Uma segunda fase que põe em causa o optimismo racionalizador da primeira fase e que é marcada pelos contributos críticos da sociologia das organizações. Uma terceira fase em que a análise das políticas públicas se desloca na direcção de uma sociologia política da acção pública.

No que toca à primeira fase esta é marcada por uma preocupação não só de conhecimento positivo mas também por um forte carácter político-normativo na análise e pilotagem das políticas públicas estatais. Privilegia-se uma perspectiva marcadamente económica e gestonária com enfoque na racionalização, na cientifização e na optimização dos recursos estatais. As políticas públicas desenvolvem-se sob forte influência das *Policy Sciences* americanas e com o predomínio de uma reflexão não só sobre o Estado, mas muitas vezes, a partir do interior do próprio Estado.

Estamos perante um paradigma de análise em que existe uma visão marcadamente estadocentrista, preocupada com a boa decisão pública a partir de cima, numa lógica *Top-Down*. Dois grandes postulados orientadores deste paradigma, são, por um lado, o postulado da racionalidade da decisão, assente no princípio de possibilidade de fundar cientificamente a decisão óptima, e, por outro lado, o postulado do carácter não problemático da implementação prática da decisão. Tudo se passa como se, encontrada a “boa decisão” de política pública, não fosse necessário dar atenção à sua implementação prática, uma vez que esta naturalmente caminharia por si própria de encontro às finalidades políticas aprioristicamente estabelecidas.

A segunda fase caracteriza-se pelo questionamento do mito da racionalidade óptima dominante sob a influência do paradigma das *Policy Sciences*. Estudos empíricos levados a cabo pela sociologia da administração burocrática e das organizações complexas põem em evidência os múltiplos disfuncionamentos da acção pública estatal. Assistimos a um deslocamento para abordagens de cariz indutivo assentes em instrumentos de recolha de dados tais como a entrevista e a observação directa, o que permite dar maior centralidade à voz dos actores da acção pública (Musselin, 2005).

A visibilidade da dificuldade do Estado em implementar as políticas públicas que toma a seu cargo é posta em evidência pelo desenvolvimento de alguns contributos de carácter quer teórico quer empírico, tais como o conceito de racionalidade limitada (Simon, 1945) no âmbito das teorias da decisão. A constatação da não linearidade dos tempos entre decisão e acção pública (Hassenteufel, 2008). A multiplicidade e heterogeneidade de lógicas de acção presentes quer no momento da decisão quer no momento da implementação prática (Hassenteufel, 2008). A autonomia relativa dos agentes no “*guichet*” (Dubois, 2003). As relações de poder, os jogos sociais e as zonas de incerteza que condicionam o funcionamento dos sistemas de acção concretos onde as políticas são apropriadas (Crozier e Friedberg, 1977). O círculo vicioso da burocracia e a personalidade burocrática (Crozier, 1964; Etzioni, 1971).

Quanto à terceira fase, muito marcada pela sociologia da acção pública francesa esta caracteriza-se por um deslocamento da atenção científica e analítica para os actores das políticas públicas e para os seus modos de interacção. Por um deslocamento da noção de “*Políticas Públicas*” para a de acção pública. Por um deslocamento de uma representação dominante em termos de produção estatal das políticas públicas para uma representação social de construção colectiva da acção pública. Pelo reconhecimento do papel cada vez mais central das políticas procedimentais e incitativas e pela passagem de um modelo analítico *Top-Down* a um modelo analítico *Bottom-Up*.

Luís Miguel Carvalho (2015) na sua análise e inventário dos estudos das políticas públicas de educação sob o prisma da acção pública chama a atenção para duas alterações estruturantes que condicionam a análise das políticas públicas. O redimensionamento do Estado e a ampliação dos actores das políticas públicas. A ruptura com as visões lineares e verticais dos processos de

governo das nossas sociedades. A acção pública é hoje o resultado da intervenção de uma multiplicidade de actores públicos e privados numa construção conjunta pluriescalar e multinível (Barros, 2013). É no seguimento desta mutação da actuação do Estado na produção das políticas que pretende levar a cabo que faz todo o sentido a proposta de Hassenteufel (2008) em torno de uma Sociologia Política da Acção Pública.

*“A evolução da análise das políticas públicas para uma sociologia política da acção pública corresponde à passagem de uma produção em termos de produção estatal das políticas públicas para uma construção colectiva da acção pública. A sociologia política da acção pública assenta sobre a análise contextualizada das interacções de actores múltiplos e interligados a vários níveis, do local ao internacional, passando pela União Europeia, permitindo desta forma pensar as transformações dos Estados contemporâneos” (p. 23).*

O campo empírico das políticas públicas de educação de adultos em Portugal (Canário, 2000) é um campo de práticas e políticas educativas que nos parece particularmente adequado a um olhar analítico formatado por este novo paradigma.

### **A Iniciativa Novas Oportunidades Sob O Prisma Da Sociologia Política Da Acção Pública**

A investigação empírica no âmbito da Iniciativa Novas Oportunidades (INO) é reveladora da complexidade da produção da acção pública nas sociedades contemporâneas. Esta Iniciativa é um bom exemplo da multiplicidade de actores, organizações e de instrumentos que compõem a pauta das políticas públicas na actualidade, com a intervenção de actores provenientes do sector público e do sector privado de actividade, numa abordagem que pode ser analisada a partir da interpenetração dos múltiplos níveis por onde a medida se refracta e produz. A medida pode ser compreendida nos momentos da sua apropriação e reinterpretação a partir dos seguintes eixos analíticos:

- a) A diversidade e heterogeneidade dos actores que tiveram a seu cargo a implementação deste programa de política pública educativa;
- b) A diversidade e complexidade dos modos de relação à INO;
- c) As lógicas de acção heterogéneas na apropriação organizacional das finalidades da política;

d) As tensões e contradições na apropriação, nos sentidos atribuídos à medida e na implementação da acção pública.

Quanto há diversidade e heterogeneidade dos actores que tiveram a seu cargo a implementação deste programa de política pública educativa podemos constatar que os técnicos de formação de adultos que trabalharam na INO são provenientes nas suas trajectórias académicas de áreas tão diversificadas tais como a Gestão de Empresas, a Matemática, a Sociologia, a Antropologia, a Engenharia Alimentar, a Enfermagem, a Engenharia de Sistemas de Formação, entre outras, sendo esta diversidade uma característica marcante da trajectória destes actores, cuja experiência e trajectória profissional está também marcada pela pluralidade de mundos ocupacionais e pelo trabalho quer no sector público quer no sector privado de actividade.

Do ponto de vista das organizações de formação que implementaram a INO também a diversidade e a heterogeneidade é aquilo que as caracteriza. Escolas, Associações de Desenvolvimento Local, Centros de Formação Profissional, Organizações Económicas, Sindicatos, Autarquias, Centros de Apoio às Empresas, Empresas Privadas de Formação Profissional, etc. As políticas de educação de adultos que emanam da Iniciativa Novas Oportunidades são desta forma apropriadas diferencialmente pelos diferentes actores e entidades que a concretizam no terreno. (Martins, 2014: 109)

Quanto à diversidade de modos de relação à Iniciativa Novas Oportunidades, o estudo da sua apropriação pelos actores encarregues da sua implementação, em particular no que aos formadores diz respeito, permitiu perceber as múltiplas formas individuadas pelas quais estes se relacionam com a medida a partir de múltiplas dimensões. Desde logo na sua relação à identidade profissional subjectivamente percebida podemos constatar dois sistemas de sentidos opostos nas representações dos formadores. Por um lado, aqueles que se dizem formadores de “*profissão*” e que assumem a centralidade da actividade de formador de adultos, e por outro lado, aqueles que reconhecem ser a formação uma ocupação secundária estando a sua identidade profissional ligada centralmente aquelas que são percebidas como as suas “*verdadeiras*” profissões.

A relação à identidade profissional subjectivamente percebida pode ainda estar marcada pela incerteza e hibridez identitária quando os formadores não são capazes de definir a sua actividade profissional ou estar, pelo contrário, marcada pela certeza identitária para aqueles que se definem ou como profissionais da formação ou como profissionais de outras áreas de actividade, em que para além da sua actividade profissional principal, ainda participam na actividade de formação (idem: 164).

Quanto à pertença organizacional podemos também encontrar dois tipos-ideais distintos. A situação maioritária em que os formadores são de “*fora*” e não estão ligados umbilicalmente às organizações de formação onde trabalham e uma situação de menor representatividade em que os formadores são da “*casa*” e têm uma ligação identitária forte à organização de formação da qual fazem parte. No que toca ao modo de envolvimento na ocupação de formador de adultos as representações dos actores entrevistados permitiram fazer uma distinção entre uma forma de envolvimento sobre a forma “*missionária*” e um envolvimento sobre a forma “*mercenária*”.

Os “*missionários*”, têm um elevado nível de participação nos cursos EFA e no trabalho de reconhecimento e validação de competências, os “*mercenários*”, com um baixo nível de participação na formação ligada a esta medida e muitas vezes apenas com uma fugaz passagem de umas horas poucas de formação ao longo da semana. Também a condição face ao trabalho dos formadores é atravessada pela diversidade de formas de ligação contratual (ibidem.179).

A maior parte dos formadores faz hoje parte do precariado flexível (Standing, 2014) sem quaisquer acesso aos direitos de propriedade social (Castel e Haroche, 2001). Um número mais reduzido tem acesso a uma condição laboral protegida e com contratos de trabalho a tempo inteiro. Uma outra parte está ligada a uma actividade profissional fora do mundo social da formação, numa situação de estabilidade confortável e retira da formação de adultos um acréscimo de remuneração e um estatuto social acrescido associado à condição de perito numa determinada área formativa.

Os modos de relação à pedagogia também podem adquirir formas variadas, desde uma relação à formação marcada por uma pedagogia centrada na forma escolar de educar, até à forma oposta, em maior consonância com uma pedagogia da educação de adultos centrada numa forma educativa desescolarizada (Illich, 1971).

A apropriação organizacional das finalidades da medida também é marcada por lógicas de acção heterogéneas que remetem para concepções diferenciadas da prática educativa. Uma lógica de intervenção comunitária em que a formação é perspectivada como um meio para produzir a mudança não só ao nível dos indivíduos mas também do território local.

*“Sim, é fundamental uma profunda ligação à comunidade e quando falo à comunidade, falo da comunidade local, falo da comunidade profissional, falo da comunidade cultural, é fundamental, por exemplo, um dos temas de vida que resultou melhor e em que os formandos mais se empenharam foi um tema de vida sobre o património de S. Brás de Alportel, e que não é crucial, não é central para esta formação, que não era nessa área, não era da área de património, era na área de prestação de cuidados de saúde, portanto, não tinha nada a ver mas no entanto permitiu-lhes estabelecerem ligações com o exterior, conhecerem o seu próprio território e serem reconhecidos pelo território como elementos de valor. Criaram um blogue, divulgaram o património local, o blogue continua, portanto, foi uma maneira de se ligarem à comunidade e da comunidade se ligar a eles e eu acho que isto é fundamental ao nível cultural, ao nível individual, ao nível profissional, portanto, é fundamental por exemplo que haja uma ligação logo muito grande, isso pode ser feito nas áreas profissionais, ao mercado de trabalho, portanto, recrutando formadores que sejam profissionais das suas áreas, que estão nas empresas, que estão nas entidades e que podem fazer essa ponte e onde depois os estágios se realizem com muito maior probabilidade de integração do que se não for assim. Daí que é fundamental a ligação ao local.”*  
(Formador de um curso EFA numa Associação de Desenvolvimento Local)

Uma lógica de qualificação individual em que a preocupação central é com o desenvolvimento de competências individuais e com a inserção dos indivíduos no mercado de trabalho numa lógica de gestão de recursos humanos.

*“Entrevistador: Gostava de tentar perceber também as suas preocupações para levar a cabo a formação...  
Entrevistada: Qual é a minha preocupação? Preparar aquelas pessoas para o mercado de trabalho, tão simples, sendo uma formadora mais da componente tecnológica do que da componente de base porque noventa e tal por cento daquelas pessoas que ali estão o objectivo delas é acabar aquele curso e depois daquele curso conseguir um emprego porque os cursos começaram com uma bolsa alta agora têm uma bolsa de duzentos euros, têm uma bolsa mínima e esta é a minha preocupação, prepará-los para o mercado de emprego.”* (Formador de um curso EFA num Centro de Formação Profissional)

E ainda uma lógica de acção ritualística, em que se faz a formação por fazer, sem uma finalidade ética e política que se perceba, uma vez que a finalidade única parece ser a captação de fundos comunitários pelas entidades promotoras da formação.

*“(...) por exemplo no campo das empresas, há muitas empresas que fazem formação e claramente aí temos duas abordagens. Há as empresas competentes e capazes e que fazem formação com rigor e bem feita e há outras que estão a fazer formação a metro, portanto o objectivo é ganharem dinheiro e desde que as coisas no fim todos fiquem contentes e o dinheirinho entre, está tudo contente, não é essa a abordagem, não é essa abordagem porque isso vai estimular os tais formandos profissionais, portanto, as empresas de formação ficam contentes, os formandos profissionais ficam contentes mas qual é a produtividade deste investimento que se está a fazer, não é nenhuma, não fica nada”* (Formador de um curso EFA numa Associação de Desenvolvimento Local)

As expressões lógica de intervenção comunitária e lógica de qualificação individual são aqui utilizadas no mesmo sentido dado por Carmem Cavaco que na sua tese de doutoramento também identifica estas lógicas de acção e refere que a lógica de intervenção comunitária;

*“Resulta da intervenção de entidades formadoras que percebem a formação como um meio para a concretização de projectos de dinamização local. A formação é encarada como uma estratégia que deve ser integrada num projecto de intervenção mais amplo para que possa despoletar mecanismos de mudança, com reflexos a nível social”* (Cavaco, 2008:321).

E por sua vez a lógica da qualificação individual acontece quando as entidades organizam formação e traçam objectivos primordiais relacionados com *“a responsabilidade individual, com a gestão de si e com a empregabilidade”* (idem:383).

No que toca às tensões e contradições sentidas pelos actores na sua relação às finalidades da medida estas colocam-se, por um lado, na tensão entre uma lógica de massificação educativa e formativa em que o Estado traça metas quantitativas que são sentidas como difíceis de atingir e uma lógica de singularização educativa em que o trabalho sobre cada um dos adultos que recorre ao processo de reconhecimento, validação e certificação das suas competências é sentido como um processo educativo que exige tempo e em que os técnicos centram a sua preocupação em fazer um trabalho de qualidade.

*“Nós achamos que tem que haver metas, agora achamos é que as metas têm que ser razoáveis e não metas que são uma mera divisão de números por centros para atingir metas políticas. As metas de educação de*

*adultos não podem ser metas utilizadas como uma bandeira política, não é esse o espírito que uma política destas precisa. Isso é a mesma coisa que nas universidades, a mesma coisa que nas escolas, quer dizer, um professor universitário, bem hoje estão todos sobrecarregados tu saberás isso bem melhor, não é, mas não sei se o professor tem como meta num curso, digamos certificar, não é o professor que certifica, mas é a universidade, trezentas e tal pessoas, trezentos e tal alunos num ano, não é, ou seja, acho que numa universidade não funciona assim, uma escola não funciona assim porque que é que as Novas Oportunidades têm que funcionar assim e portanto, as metas deviam ser claramente reavaliadas para podermos fazer um trabalho de qualidade e não um trabalho pressionado, exactamente isto teria sido ideal se fosse, se tivesse sido feito para credibilizar a política e não descredibilizá-la como está a acontecer. As metas entre outras coisas estão na origem desta falta de credibilidade porque no fundo o que é que aconteceu? Nós referimos isso e de alguma forma sempre nos batemos por isso, atribuir metas aos Centros e condicionar o financiamento às metas é um claro pretexto para que os Centros corram atrás das metas e percam qualidade no trabalho, privilegiem atingir metas prejudicando a qualidade do trabalho, é evidente. Agora, o que para mim é um bom indicador nisto tudo, é que os centros foram muito mais fortes do que a tutela ao ponto de nenhum deles, pelo menos aqui na região do Algarve ter cumprido metas na íntegra, o que demonstra que a preocupação das equipas com a qualidade de processo é muito maior que a da tutela, tanto que levou a tutela depois a reconsiderar a questão da indexação das metas de financiamento, encontrando depois formas alternativas de contornar a matéria. As metas dos Centros no Algarve estão claramente abaixo daquilo que estava negociado com a tutela no financiamento o que demonstra que as equipas são mais sérias nisto do que a tutela.” (Director de um Centro Novas Oportunidades)*

As tensões podem ainda passar por lógicas de acção contraditórias, entre por um lado, uma concepção universalista da medida tal como ela está estabelecida na pauta das políticas públicas estatais, em que esta é aberta a todos os que estão em condições legais de a ela aceder e uma interpretação dessa mesma pauta pelos técnicos e formadores no terreno quando defendem que a medida não deveria ser aberta a todos mas sim só para alguns dos destinatários, precisamente os que têm uma experiência e trajectória de vida que lhes permita verem os adquiridos experienciais reconhecidos, validados e certificados na sequência do processo de RVCC. A medida deveria assim ser selectiva. Uma outra tensão resulta do confronto entre uma actuação do Estado que é percebida como imposta unilateralmente a partir de cima sem a escuta activa dos parceiros da acção pública, que de resto, são fulcrais na implementação das políticas e uma exigência pelos actores no terreno de uma lógica participada no sentido de uma construção colectiva das políticas que são para ser levadas a cabo nos contextos locais onde elas se produzem.

## Reflexões Finais

Em jeito de reflexão final podemos dizer que o Estado contemporâneo passa por uma reconfiguração no modo de produção das políticas públicas. Num contexto de globalização económica e social e de hegemonia do capitalismo financeiro, os Estados Nacionais, são constrangidos externamente por entidades supranacionais na sua capacidade de implementação das políticas e em simultâneo são pressionados a partir de baixo pelos movimentos sociais e outros actores locais que se movem no sentido de condicionar a agenda dos problemas públicos dos quais são os principais interessados. Limitado na sua actuação por motivos de capacidade financeira e sob pressão ideológica das políticas neoliberais que o solicitam para uma agenda de Estado Mínimo, o Estado vê-se assim obrigado a abrir-se aos mais diversos parceiros para concretizar as políticas que quer levar a cabo. Esta nova complexidade na produção e implementação das políticas torna mais saliente a necessidade, do ponto de vista científico, de uma tentativa de compreensão das políticas públicas a partir de baixo, numa lógica predominantemente *Bottom Up* e a pertinência de uma entrada analítica a partir de uma sociologia política da acção pública. As políticas públicas de educação de adultos são um terreno propício a um modelo analítico deste tipo tendo em conta a complexidade da rede de actores pelos quais passam hoje a sua concretização.

## Bibliografia

- Barros, R. (2013), *As Políticas Educativas Para O Sector Da Educação De Adultos Em Portugal. As Novas Instituições E Processos Educativos Emergentes Entre 1996-2006*, Lisboa: Chiado Editora.
- Canário, R. (2000), *Educação de Adultos. Um Campo e uma Problemática*, Lisboa: Educa.
- Carvalho, L. M. (2015), As políticas públicas de educação sob o prisma da acção pública. *Currículo sem Fronteiras*, 15 (2), 314-333.
- Castel, R. e Haroche, C. (2001), *Propriété privée, propriété sociale, propriété de soi. Entretiens sur la construction de l'individu moderne*, Paris: Fayard.
- Cavaco, C. (2008), *Adultos Pouco Escolarizados. Diversidade E Interdependência De Lógicas De Formação*, Tese de Doutoramento em Ciências da Educação, Universidade de Lisboa, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.
- Crozier, M. (1964), *Le Phénomène Bureaucratique*, Paris: Éditions du Seuil.
- Crozier, M. e Friedberg, E. (1977), *L'acteur e le système – Les contraintes de l'action collective*, Paris: Éditions du Seuil.
- Dubois, V. (2003), *La Vie au guichet: relation administrative et traitement de la misère*, Paris: PUF.

- Etzioni, A. (1971), *Organizações Complexas – Estudo das Organizações em face dos problemas sociais*, São Paulo: Editora Atlas.
- Hassenteufel, Patrick (2008), *Sociologie Politique: L'Action Publique*, Paris, Armand Colin.
- Illich, I. (1971), *Une société sans école*, Paris: Seuil.
- Jobert B. e Müller P. (1987), *L'État en action*, Paris: PUF.
- Jobert, B. (Dir.) (1994), *Le Tournant Néo-Liberal En Europe*, Paris, L'Harmattan.
- Lascoumes, P. e Le Galès, P. (2010), *Sociologie De L'Action Publique*, Paris: Armand Colin.
- Martins, J. (2014), *Das Políticas Às Práticas De Educação De Adultos. Lógicas De Acção, Sentidos E Modos De Apropriação Localmente Produzidos*. Lisboa: Edições Colibri.
- Musselin, C. (2005), Sociologie de l'action organisée et analyse des politiques publiques: deux approches pour un même object?, *Revue Française de Science Politique*, 55 (1), p.51-72.
- Simon H. (1945), *Administrative Behavior*, New York, Free Press.
- Standing, G. (2014). *O Precariado. A Nova Classe Perigosa*. Lisboa: Editorial Presença.
- Thoenig, J-C. (1985), L'analyse des politiques publiques, dans J. Leca et M. Grawitz (dir.), *Traité de science politique*, vol. 4, Paris: PUF, p. 1-60.